

Da relação com o saber às práticas educativas de Bernard Charlot

PREFÁCIO

A trajetória acadêmica do autor reflete uma crítica às teorias da reprodução social, com foco na importância de uma relação ativa do aluno com o saber. A educação, vista como um campo de transformação, enfatiza a necessidade de superar o fracasso escolar por meio do desenvolvimento da autonomia e dignidade dos estudantes, especialmente das classes populares. A proposta é de uma escola que promova a emancipação intelectual e social, em contraste com a visão tradicional de que a educação apenas reproduz as desigualdades existentes.

PRÓLOGO

Os textos reunidos foram produzidos entre 2007 e 2011, com o objetivo de fornecer uma análise coerente sobre os desafios contemporâneos enfrentados pela educação. As temáticas abrangem a globalização, o neoliberalismo e seus impactos sobre a escola e o trabalho docente. A articulação entre as dimensões antropológicas, epistemológicas e sociais oferece uma visão integrada das práticas educativas e das contradições inerentes ao cotidiano escolar. A obra busca explorar as tensões entre as demandas globais e as realidades locais, propondo caminhos para uma educação mais inclusiva e transformadora.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: UMA TENTATIVA DE COLOCAR ORDEM NO DEBATE

1. As décadas de 1960 e 1970: a educação pensada em uma lógica econômica

Nas décadas de 1960 e 1970, a educação foi inserida em uma lógica de desenvolvimento econômico, com o objetivo de formar uma força de trabalho qualificada que atendesse às demandas do mercado. O Estado promovia uma educação que visava à mobilidade social e à integração dos indivíduos ao sistema econômico. Contudo, essa expansão gerou novos desafios pedagógicos e estruturais, com a escola assumindo o papel de promotora do sucesso econômico. A relação com o saber foi progressivamente instrumentalizada, sendo vista como um meio para garantir melhores condições no mercado de trabalho, em vez de ser valorizada por seu potencial emancipatório.

2. Da década de 1980 para cá: novas lógicas econômicas, sociais e educacionais

Com o avanço da globalização nas décadas seguintes, novas lógicas econômicas e sociais começaram a impactar diretamente o campo da educação. A partir da década de 1980, o neoliberalismo passou a impor critérios de qualidade, eficácia e territorialização à educação. A escola, antes vista como instrumento de desenvolvimento social, passou a ser avaliada com base em critérios de desempenho e resultados. As lógicas de mercado e competitividade foram incorporadas ao discurso educacional, transformando a escola em um espaço de preparação para o trabalho, em detrimento de uma formação integral.

3. A globalização neoliberal e seus efeitos atuais e virtuais sobre a escola

A globalização neoliberal trouxe consequências diretas para a escola, incluindo a mercantilização da educação. A privatização do ensino e a gestão escolar por empresas privadas se tornaram fenômenos cada vez mais comuns. A escola passou a ser vista como um serviço a ser consumido, com qualidade medida em termos de sucesso econômico e empregabilidade. A integração global das economias reforçou essa lógica, e a educação pública enfrentou crescentes pressões para se adaptar às exigências de um mercado globalizado.

4. Os altermundialistas e a Educação Para Todos: o desafio de uma solidarização entre os membros da espécie humana

Em oposição à globalização neoliberal, o movimento altermundialista defende uma educação solidária, baseada na dignidade humana e na igualdade de oportunidades. A Educação Para Todos é vista como um direito fundamental, que deve ser garantido de forma universal e inclusiva. A escola pública é proposta como um espaço de emancipação, onde a diversidade cultural e a dignidade do ser humano são respeitadas.

O desafio é construir uma educação que promova a solidariedade entre os povos e responda às necessidades globais de maneira justa e equitativa.

5. Conclusão

A educação contemporânea enfrenta quatro grandes desafios: democratizar o ensino, responder às demandas de qualidade e eficácia sem se submeter às lógicas de mercado, resistir à mercantilização da educação e lidar com as novas demandas culturais e globais impostas pela globalização. A escola, para se manter relevante, precisa ser capaz de se adaptar a esses desafios sem perder de vista seu papel social e emancipatório, oferecendo uma educação de qualidade que promova a justiça social e a formação de cidadãos críticos e conscientes.

CAPÍTULO II

TRABALHO E EDUCAÇÃO: ABORDAGENS ANTROPOLÓGICA E SÓCIO-HISTÓRICA

1. A questão antropológica: do trabalho como castigo e servidão ao trabalho como fundamento da dignidade e da liberdade humanas

Historicamente, o trabalho foi visto como castigo e servidão, mas essa visão mudou ao longo do tempo. O trabalho passou a ser compreendido como um elemento fundamental para a dignidade e liberdade humanas, oferecendo a possibilidade de emancipação individual. A educação, nesse contexto, cumpre o papel de preparar os indivíduos para exercerem sua liberdade através do trabalho, que não deve ser apenas uma necessidade econômica, mas um meio de alcançar a realização pessoal e social.

2. Trabalho e educação: quatro posturas para pensar a relação

Quatro abordagens distintas são propostas para analisar a relação entre trabalho e educação. A primeira é a visão tradicional do trabalho como meio de subsistência; a segunda destaca o papel da educação como preparação para o mercado de trabalho; a terceira foca no trabalho como um espaço de emancipação humana; e a quarta busca conciliar essas perspectivas, propondo uma abordagem mais holística da relação entre educação e trabalho.

3. A abordagem sócio-histórica: educação e trabalho no Estado Educador, no Estado Desenvolvimentista e no Estado Regulador

A relação entre educação e trabalho é analisada ao longo de três diferentes modelos de Estado. O Estado Educador foca na formação moral e cívica dos cidadãos; o Estado Desenvolvimentista associa a educação ao desenvolvimento econômico; e o Estado Regulador adota uma postura mais distante, intervindo apenas para garantir a regulação e

o controle de políticas educacionais. Cada modelo trouxe impactos distintos para a forma como a educação e o trabalho se relacionam, afetando diretamente as políticas públicas e as práticas pedagógicas.

CAPÍTULO III

O PROFESSOR NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM TRABALHADOR DA CONTRADIÇÃO

1. A escola e o professor na encruzilhada das contradições econômicas, sociais e culturais

O professor, na sociedade contemporânea, enfrenta uma série de tensões e contradições que resultam das pressões econômicas, sociais e culturais que permeiam a escola. As demandas por resultados acadêmicos, aliadas às exigências de uma educação inclusiva e atenta às necessidades dos alunos, colocam o professor em uma posição de mediação constante entre forças opostas. Essas contradições tornam o trabalho docente um campo de complexidade crescente, onde é preciso conciliar o papel formador com as realidades estruturais da educação.

2. As contradições no cotidiano: a professora na escola e na sala de aula

As contradições enfrentadas pelos professores são particularmente visíveis no cotidiano da sala de aula. A prática docente é permeada por dilemas que vão além das questões pedagógicas, envolvendo também expectativas sociais, pressões administrativas e as demandas individuais dos alunos.

-2.1. O professor herói e o professor vítima

O professor é retratado tanto como um herói capaz de transformar vidas quanto como uma vítima das condições adversas de trabalho e das limitações impostas pelo sistema educacional. Essa dicotomia reflete as expectativas contraditórias que recaem sobre os educadores, que são vistos ora como salvadores, ora como figuras impotentes diante das dificuldades estruturais da educação.

-2.2. “Culpa” do aluno ou “culpa” do professor?

O debate sobre o sucesso ou fracasso escolar frequentemente gira em torno de quem deve ser responsabilizado: o aluno ou o professor. As causas são complexas e multifacetadas, envolvendo fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais. O foco excessivo na culpabilização de uma das partes tende a ocultar a natureza sistêmica das dificuldades educacionais.

-2.3. Tradicional ou construtivista?

A escolha entre o ensino tradicional e o construtivista é uma das contradições que marcam a prática docente. Enquanto o ensino tradicional prioriza a transmissão direta de conhecimentos, o construtivismo promove a aprendizagem ativa e significativa. Encontrar um equilíbrio entre essas duas abordagens depende das necessidades específicas dos alunos e do contexto educacional em que o professor atua.

-2.4. Ser universalista ou respeitar as diferenças?

O professor enfrenta o dilema de adotar uma postura universalista, que trate todos os alunos de maneira igual, ou respeitar as diferenças culturais, sociais e individuais presentes na sala de aula. A diversidade exige que os professores reconheçam e valorizem as particularidades dos alunos, mas isso frequentemente entra em conflito com as demandas padronizadas do sistema educacional.

-2.5. Restaurar a autoridade ou amar os alunos?

Há uma tensão entre a necessidade de restaurar a autoridade do professor e o desejo de estabelecer relações de afeto e empatia com os alunos. A autoridade é vista como essencial para o bom funcionamento da sala de aula, mas o afeto é fundamental para construir um ambiente acolhedor e propício à aprendizagem.

-2.6. A escola vinculada à comunidade ou a escola lugar específico?

A escola pode ser concebida tanto como um espaço isolado, focado exclusivamente no ensino, quanto como uma instituição vinculada à comunidade, que participa ativamente da vida social e cultural local. Essa questão reflete a tensão entre a função social da escola e sua missão pedagógica.

CAPÍTULO IV

A ESCOLA E O TRABALHO DOS ALUNOS

1. A questão da atividade do aluno: um debate teórico e epistemológico

A atividade do aluno é um ponto central no debate sobre a função da escola e a natureza do aprendizado. A questão envolve tanto o aspecto epistemológico quanto o teórico, refletindo sobre o papel que a escola deve desempenhar na formação dos indivíduos e na construção de uma relação significativa com o saber.

-1.1. A questão da atividade na Sociologia das posições e disposições

A sociologia das posições e disposições oferece uma perspectiva interessante sobre a atividade escolar, ao analisar como os alunos são posicionados dentro do sistema educacional e como suas disposições sociais influenciam sua relação com o saber. A atividade do aluno é vista como um reflexo das suas condições sociais e culturais, o que tem implicações diretas sobre seu desempenho e envolvimento na escola.

-1.2. A análise dos implícitos da atividade na Sociologia de Bourdieu e nos Estudos de gênero

A sociologia de Bourdieu e os estudos de gênero são ferramentas essenciais para a análise dos fatores que influenciam a atividade do aluno na escola. A noção de habitus, central na obra de Bourdieu, explica como as disposições culturais e sociais moldam o comportamento dos alunos. Os estudos de gênero, por sua vez, destacam como as expectativas de gênero influenciam a maneira como os alunos participam das atividades escolares.

-1.3. Por que é preciso levantar a questão da atividade do aluno?

Levantar a questão da atividade do aluno é essencial para compreender os desafios enfrentados pela educação contemporânea. A atividade escolar não pode ser vista apenas como uma simples absorção de conteúdo, mas deve ser compreendida como um processo ativo de construção de conhecimento, que depende de uma série de fatores sociais, culturais e epistemológicos.

2. A atividade escolar, na perspectiva da própria escola e na dos alunos

A escola e os alunos têm perspectivas distintas sobre a atividade escolar. Enquanto a escola tende a ver a atividade como uma tarefa a ser cumprida para alcançar determinados objetivos educacionais, os alunos muitas vezes percebem essa atividade de maneira diferente, com base em suas experiências pessoais e expectativas.

-2.1. Qual é a especificidade da atividade escolar?

A especificidade da atividade escolar reside na sua capacidade de engajar os alunos em um processo de construção de conhecimento que vai além da mera transmissão de informações. A atividade escolar deve promover a reflexão crítica, a autonomia intelectual e o desenvolvimento de habilidades cognitivas que permitam aos alunos se tornarem sujeitos ativos no seu processo de aprendizagem.

-2.2. Será que a atividade escolar pode ser considerada um trabalho?

A comparação entre a atividade escolar e o trabalho é um tema de debate. Alguns argumentam que a atividade escolar pode ser considerada uma forma de trabalho, na

medida em que envolve esforço, dedicação e o cumprimento de tarefas. No entanto, outros defendem que a atividade escolar deve ser entendida como algo distinto do trabalho, pois seu objetivo principal é o desenvolvimento intelectual e não a produção de bens ou serviços.

-2.3. Quando a atividade escolar se degrada em trabalho alienado

A atividade escolar pode se transformar em trabalho alienado quando os alunos são obrigados a cumprir tarefas sem compreender seu significado ou relevância. Nesse contexto, o aprendizado perde seu valor emancipatório e se torna uma atividade mecânica e desprovida de sentido, o que compromete a relação dos alunos com o saber.

CAPÍTULO V

RELAÇÃO COM O SABER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS

1. Questões pedagógicas e epistemológicas

A relação com o saber é analisada a partir de questões pedagógicas e epistemológicas que envolvem o papel da escola na construção do conhecimento. A pedagogia deve promover uma abordagem crítica e reflexiva, enquanto a epistemologia oferece as bases teóricas para compreender como o conhecimento é construído e transmitido.

2. Além da questão sociológica

Embora a sociologia tenha uma contribuição importante para a compreensão da educação, é necessário ir além dessa perspectiva para considerar as dimensões antropológicas e epistemológicas que moldam a relação com o saber. A relação com o saber não se limita à posição social do aluno, mas envolve questões mais amplas sobre a natureza do conhecimento e sua apropriação pelos indivíduos.

3. Questões antropológicas

As questões antropológicas exploram como diferentes culturas e sociedades estabelecem relações com o saber. A educação, enquanto processo de transmissão cultural, reflete as particularidades de cada sociedade, e a relação com o saber varia conforme os contextos sociais e históricos.

4. Volta às questões pedagógicas

O retorno às questões pedagógicas é necessário para revisar e renovar as práticas educativas, levando em consideração as reflexões epistemológicas e antropológicas. A pedagogia deve ser repensada constantemente, para que a relação com o saber possa ser enriquecida e ressignificada conforme as mudanças na sociedade.

CAPÍTULO VI

QUAL O LUGAR PARA AS ARTES NA ESCOLA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA?

1. Por que, historicamente, a sociedade ocidental e sua escola marginalizaram as Artes?

A marginalização das artes na sociedade ocidental é resultado de uma longa tradição que privilegia o conhecimento científico e técnico em detrimento das expressões artísticas. A escola refletiu essa tendência, relegando as artes a uma posição secundária no currículo escolar.

2. Pedagogia “nova”, Dança “moderna”, Jogos teatrais: a guinada do século XX

O século XX trouxe uma guinada nas práticas pedagógicas e artísticas, com o surgimento de novas abordagens que buscavam integrar as artes ao processo educativo. A dança moderna e os jogos teatrais passaram a ser vistos como ferramentas pedagógicas que poderiam enriquecer a formação dos alunos e promover o desenvolvimento de habilidades criativas e expressivas.

3. O ensino da Dança e do Teatro na sociedade contemporânea

O ensino de artes, como a dança e o teatro, continua a enfrentar desafios na sociedade contemporânea, apesar de sua crescente valorização. A integração dessas práticas no currículo escolar pode contribuir para uma educação mais completa, que reconhece a importância das expressões artísticas na formação do indivíduo.

4. Sujeito, Desejo e Arte na sociedade contemporânea

As artes oferecem um espaço para que os sujeitos explorem seus desejos e expressões criativas. Na sociedade contemporânea, marcada por pressões e demandas econômicas, as artes podem desempenhar um papel essencial ao proporcionar uma via para a realização pessoal e o desenvolvimento do potencial humano.

CAPÍTULO VII

O QUE CHAMAMOS DE “NATUREZA”? CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. O homem é produto da História. A Natureza atual também

A natureza, assim como o ser humano, é um produto da história. A ideia de uma natureza intocada e separada da humanidade é desconstruída, destacando-se que a natureza que conhecemos hoje é resultado de transformações históricas e sociais. Isso tem implicações diretas para a educação ambiental, que deve levar em consideração as interações entre natureza e cultura.

2. A mãe boa, a mãe má, o pai: os significados associados à ideia de Natureza

Os significados associados à natureza são culturalmente construídos e muitas vezes carregados de estereótipos, como a ideia da natureza como uma mãe benevolente ou, por outro lado, como uma força destrutiva. Essas representações moldam a maneira como a sociedade se relaciona com o meio ambiente e influenciam as políticas ambientais.

3. O tema da Natureza no pensamento pedagógico

O tema da natureza tem ocupado um lugar importante no pensamento pedagógico, especialmente em abordagens que buscam promover uma educação voltada para a sustentabilidade. A educação ambiental é vista como essencial para preparar os indivíduos para lidar com os desafios ecológicos da contemporaneidade.

CAPÍTULO VIII

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA À ÉPOCA DA GLOBALIZAÇÃO: MORALIZAÇÃO DO POVO OU ASPIRAÇÃO DE NOVOS VALORES

1. Por que, hoje, tanto se fala de cidadania? Argumentos, dúvidas, suspeitas

A cidadania se tornou um tema central no discurso educacional contemporâneo, refletindo as preocupações com a formação de indivíduos capazes de participar ativamente da vida política e social. No entanto, o conceito de cidadania também é alvo de críticas, sendo muitas vezes instrumentalizado para promover a conformidade social e a moralização das classes populares.

2. Educação e Cidadania no Estado Educador

O Estado Educador vê a educação como um meio de formar cidadãos conscientes e responsáveis. Nesse modelo, a escola tem a função de transmitir os valores cívicos e morais que são considerados essenciais para a convivência social e para o bom funcionamento da democracia.

3. Educação e vínculo social nos Estados Educador, Desenvolvimentista e Regulador

A relação entre educação e cidadania é analisada sob três diferentes modelos de Estado. No Estado Educador, o foco é a formação moral; no Estado Desenvolvimentista, a educação é vista como instrumento de desenvolvimento econômico; e no Estado Regulador, a ênfase está no controle e regulação das políticas educacionais. Cada um desses modelos oferece uma visão distinta sobre como a educação deve contribuir para o fortalecimento do vínculo social e a promoção da cidadania.